

c) as mulheres têm importante papel, direta e indiretamente, na produção. As mulheres garantem as condições para o homem trabalhar. E muitas mulheres assumem a chefia das famílias sozinhas, e aí sofrem bem mais do que os homens;

d) existe a absurda e injusta situação da mulher do campo fazer o mesmo trabalho do homem, quando assalariada, e receber metade do salário do homem;

e) as mulheres vivem uma situação específica de discriminação como mulheres. Muitas vezes são inseguras, sentem-se inferiores aos homens. São mães, e sua saúde para gerar e amamentar os filhos merece cuidados especiais. Têm uma responsabilidade mais direta com os filhos, basta juntarmos 30 mulheres do campo casadas e, se somarmos seus filhos, serão 240 filhos!

f) as transformações sociais necessárias ao país necessitam da participação das mulheres. A verdadeira democracia para o povo necessita da participação organizada de todos os trabalhadores – homens e mulheres!

Por isso, propomos:

Que, de forma organizada e planejada, com programação específica dirigida às mulheres, os sindicatos assumam aumentar a participação das mulheres no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.

Como?

a) que sejam encaminhados ENCONTROS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: é preciso ouvir as mulheres e discutir com elas a sua participação;

b) fazer levantamento e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres, tal como a do salário igual para trabalho igual, o aumento da sua participação sindical etc.;

c) promover treinamentos de lideranças femininas para que estas auxiliem o Sindicato no desenvolvimento da participação sindical das mulheres.

EM PARALELISMO SINDICAL. SEM COMPETIÇÃO COM OS HOMENS. SEM PERDER A REFERÊNCIA SINDICAL. RESPEITANDO O NÍVEL EM QUE SE ENCONTRAM AS MULHERES PELO FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL.

Maio/85

POLÍTICAS DA SECRETARIA DA MULHER – FRENTE PARA AS MULHERES RURAIS DE PERNAMBUCO¹

Cristina Buarque²

As mulheres da região canavieira de Pernambuco são as pioneiras do trabalho rural no Brasil. Elas assistiram ao nascimento da produção brasileira. De suas terras, elas viram o despertar da Colônia, da indústria açucareira, as primeiras dores da escravidão, o Império e a República.

Hoje, o Estado de Pernambuco possui uma população de 8.810.256 habitantes, segundo estimativas feitas pelo IBGE para julho de 2009. A população feminina representa 52,72% desse universo, o que equivale a 4.644.629 mulheres em números absolutos. Essa população feminina espelha, nos percentuais a seguir, a diversidade racial do País: negras e pardas representam 61,5%; brancas, 37,9%; e indígenas, 0,6%. Do total da população feminina, 3.267.726 mulheres são consideradas urbanas; e 1.376.903 (29,65%), rurais (Secretaria da Mulher, 2010).

¹ Extraído do documento “As mulheres rurais no mundo republicano do século XXI”, preparado para a abertura do Seminário Mulheres e República, outubro, 2011, Recife.

² Cristina Buarque é pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco e, desde janeiro de 2007, exerce o cargo de Secretária de Estado, conduzindo a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco.

Nas áreas rurais, a situação das populações femininas de Pernambuco, em comparação com as masculinas, revela desvantagens significativas, desde sua vivência da violência doméstica e sexista ao status social que ocupam, passando pelos níveis de renda e pelo acesso ao sistema previdenciário, ao emprego formal e, conseqüentemente, à titularidade da terra, ao crédito, à capacitação, à assistência técnica. Em relação às mulheres urbanas, sofrem mais restrições no acesso às políticas públicas de saúde, segurança, educação, lazer e infraestrutura.

Hoje, a região canavieira, depauperada pelas monoculturas intensiva e extensiva, estende-se por 57 dos 184 municípios do Estado, abrangendo três regiões: parte da Metropolitana, toda a Mata e uma pequena fração do Agreste. Nela, as mulheres participam, direta ou indiretamente, do plantio e corte da cana-de-açúcar. Essa cultura sazonal, sendo estrutural em sua dinâmica, nega às mulheres a efetivação de contratos de trabalho, quando, a seus companheiros homens, é reconhecido o direito à formalização de sua participação na produção.

Nos vastos territórios do Agreste e do Sertão, a produção se dá de forma diversificada, havendo a presença da agricultura familiar e, dessa maneira, de pequenas propriedades rurais. Nesse contexto, destacam-se as relações de produção na região dos sertões irrigados do São Francisco e de Itaparica, onde as mulheres trabalham nas fazendas de produção e beneficiamento de frutas mediante contratos temporários, vinculados à sazonalidade das culturas.

Não obstante as discrepâncias entre essas duas regiões e as diferenças de condições de trabalho das mulheres, o fator sazonalidade vai levá-las a uma condição comum de grande empobrecimento e exclusão. Somam-se às conseqüências da repetição anual da sazonalidade os períodos de estiagem fora do perímetro de irrigação e de enchentes na Região Metropolitana, na Zona da Mata e até no Agreste, marcando os “destinos” das trabalhadoras rurais por uma imensa vulnerabilidade.

Como podemos observar, a análise da situação das mulheres exige mais do que a compreensão do contexto socioeconômico. É necessário abordar as condicionantes culturais que atuam na geração e reprodução de modelos hierárquicos entre homens e mulheres. Assim, contrapondo-se àquelas trajetórias discriminatórias, as mulheres rurais de Pernambuco também acumularam algumas conquistas, como grande crescimento na sindicalização, aproximação com os movi-

mentos feministas e agroecológicos, formação de setores específicos dentro dos movimentos sociais do campo e protagonismo em mobilizações nacionais, a exemplo da Marcha das Margaridas, do programa Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos, do Pronaf-Mulher e da conquista da titularidade das terras da Reforma Agrária em nome do casal, ocupando Pernambuco, com 16% dos títulos de terra da Reforma Agrária em nome das mulheres, um lugar comparativamente de regular para bom no cenário nacional. Assim, em que pesem todas as dificuldades de se reunirem, elas se apresentam, então, combativas no sentido de construir formas de organização e estratégias para a resolução de suas questões, colocando-se, constantemente, como sujeitos de direito ao protagonismo de seu empoderamento.

O conjunto desses fatores vai dar origem, em Pernambuco, a propostas de formatação de políticas públicas estaduais para as mulheres rurais, inaugurando um novo ciclo, seja para os poderes do Estado, seja para os movimentos sociais mistos ou específicos de mulheres.

Avançar nessa tarefa, em Pernambuco, implicava primeiro compreender que a grande ação feminista na Nova República tem sido fazer o Estado assumir que é sua obrigação implementar políticas públicas voltadas para reparar, no cotidiano das relações sociais, as históricas desvantagens econômicas, sociais e políticas vivenciadas pelas mulheres em decorrência do padrão patriarcal de organização do Estado e da sociedade. Implicava ainda acreditar que era possível abrir um diálogo honesto e objetivo entre governo e sociedade civil e provocar um diálogo entre os poderes a partir das questões relativas à efetivação dos direitos das mulheres.

A PERSPECTIVA DA SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO

Os organismos de mulheres constituem o lugar de fazer políticas públicas para as mulheres, seja na condição de articuladores, idealizadores, executores ou mediadores. É também o lugar de fazer reconhecer que a proposta de implementar políticas públicas para mulheres, como estratégia para efetivação dos direitos conquistados, é de autoria do movimento feminista, valorizando a visibilidade dada à questão desde a década de 1980³.

3 Foi naqueles tempos, ainda mais difíceis, que, a partir de propostas feministas para a me-

Com as propostas feministas reveladas no Brasil, na década de 1980, tanto se colocavam na contramão da perspectiva patriarcal do Estado quanto da ideia do sujeito único trabalhador, ainda muito presente nos discursos da esquerda. Com elas, inaugurou-se a possibilidade de redistribuir recursos públicos, considerando as desigualdades entre os sexos, redirecionando-os para as mulheres. Na prática, significava subtrair parte, mesmo que pequena, das dotações para políticas tradicionais do Estado, defendidas pela grande maioria dos representantes do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais, das Câmaras Municipais e das três esferas de governo.

No Estado de Pernambuco, onde o movimento feminista, o movimento de mulheres urbanas e o movimento de mulheres rurais se destacaram, desde sempre, por sua combatividade e criatividade, contraditoriamente as iniciativas de políticas públicas, por parte do Governo Estadual e dos governos municipais, não acompanharam, até 2006, o ritmo nacional de introdução das questões de gênero no aparelho do Estado nem responderam, minimamente, às demandas por serviços especializados do movimento social de mulheres. De certa forma, esse fenômeno vai corroborar o que diz Tendler⁴: “[...] os resultados da indução de desempenho da sociedade civil sobre o governo frequentemente operavam sua mágica no governo central, e não local”.

A atuação do movimento feminista em Pernambuco no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, principalmente nos três últimos anos que antecederam as eleições de 2006, assim como suas exigências aos candidatos no sentido de que firmassem compromissos com a implantação de políticas públicas, vai, finalmente, desembocar na criação da Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher), em 2007, e na implantação do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, em 2008. Com isso, conquistava-se a oportunidade de integrar a perspectiva feminista ao aparelho do Estado em Pernambuco.

lhoria das condições de vida das mulheres, estabeleceu-se a colaboração entre feministas e governo, dando origem ao Programa Integral de Assistência à Saúde das Mulheres (Paism), em 1983; à criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em 1985; à instalação das primeiras delegacias especializadas das mulheres (1985-1986); até chegar, duas décadas depois, à implantação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (SPM/PR).

4 TENDLER, Judith. Mitos da reforma do Estado e a descentralização: conclusões de um estudo de caso no Brasil. In: MELO, Marcus A. (org.) Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1999, p. 46.

As políticas públicas a serem articuladas e/ou executadas pela SecMulher e os segmentos da população feminina prioritários para o atendimento foram definidos segundo as demandas e as experiências das mulheres rurais. Demandas expressas na I e na II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (2003 e 2007, respectivamente), nas Marchas das Margaridas, nas pautas apresentadas pelos movimentos sociais do campo, bem como complementando os investimentos feitos pela Diretoria de Políticas para as Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵. Considerando a proposta feminista de construir políticas públicas para as mulheres como forma de efetivar direitos e o fato de as mulheres rurais representarem, dentro do universo da população, o grupo com mais dificuldades de acesso às políticas públicas em geral, priorizou-se o seu atendimento.

Ao focar objetivamente as mulheres rurais, foi possível, então, observar que: (i) a conscientização sobre os direitos, bem como a publicidade das disposições constitucionais e das recomendações de conferências internacionais, partia quase que exclusivamente das próprias associações de mulheres dentro e fora das centrais sindicais e dos demais movimentos sociais mistos, constituindo-se em uma demanda sem resposta do governo central; (ii) as mulheres rurais tinham outra pauta prioritária, que incluía a licença-maternidade paga para mulheres rurais, o reconhecimento da ocupação das mulheres trabalhadoras rurais, o direito ao benefício da aposentadoria, a sindicalização e as políticas públicas de educação e saúde; (iii) a Reforma Agrária e o direito à terra, por conseguinte, não se apresentavam como a sua grande questão⁶; e (iv) os movimentos sociais do campo vacilavam no apoio à demanda das mulheres. Dessa forma, foi possível à Secretaria da Mulher proceder a um afastamento metodológico da ideia de que a Reforma Agrária seria a única via para promover políticas públicas no campo, mesmo reconhecendo que essa era a demanda principal das direções dos movimentos sociais do campo.

Por essa vereda, aberta pelos esforços de corresponder aos sinais emitidos pelas mulheres rurais no sentido de sua inclusão na vida republicana e acatando os seus esforços de construção de ações de documentação, de formação cidadã e de construção de um crédito específico,

5 De acordo com as informações da Diretoria de Políticas para as Mulheres, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, constantes do site oficial, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) – Setorial Mulheres beneficiou, entre 2004 e 2009, mais de 31 mil mulheres e investiu mais de 16 milhões de reais em todo o território nacional. <http://www.mda.gov.br/portal/acgre/institucional/Livros>.

6 Ampliar as informações sobre essas questões com Deere (2004).

a SecMulher adotou como obrigação principal do Governo Estadual construir, de forma compartilhada, os caminhos para acelerar a sua formação sociopolítica e facilitar o seu acesso às políticas públicas.

Com isso, também foi possível se tomar distância da prática de demandar apenas ao Governo Federal iniciativas para melhoria das condições de vida das populações rurais, fortalecendo a ideia de que a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais de Pernambuco é uma atividade-fim do Governo Estadual.

Nessa trajetória de implantação da própria Secretaria da Mulher de Pernambuco, passa-se a reconhecer que as mulheres rurais não só haviam incorporado, através de sua militância, questões da própria ideologia de gênero do movimento feminista, como tinham, em contrapartida, fornecido saberes ao movimento. Assim, naqueles primeiros momentos de definição da SecMulher, tal compreensão facilitava o estabelecimento do diálogo entre governo e sociedade, anunciando a possibilidade de se conduzir, de forma compartilhada, a construção de um plano estadual de políticas públicas para as mulheres rurais.

A partir desses elementos, a SecMulher buscou mostrar, dentro e fora do aparelho do Estado, que a educação cidadã das mulheres rurais era uma obrigação sua e, por isso, não era uma atividade extra às políticas de interiorização do desenvolvimento, mas, sim, condição sine qua non para que essas políticas viessem a ter sustentabilidade. Esse processo exigia um trabalho de conscientização para que se compreendesse que as mulheres não são nem apenas mães nem apenas trabalhadoras, como de hábito são classificadas pelo planejamento do Estado patriarcal quando da construção de políticas públicas. Exigia também um trabalho de diálogo dentro do aparelho do Estado que viesse a reverter a ideia dominante de que as mulheres são: basicamente, reprodução; complementarmente, produção; e, excepcionalmente, política. Tal diálogo se inicia mediante a integração da SecMulher à reelaboração do Programa Chapéu de Palha.

FORMAÇÃO DE REDE DE AGENTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS – A PRESENÇA DAS MULHERES NO PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA

O projeto Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais se origina por ocasião da retomada do Programa Cha-

péu de Palha⁷, em 2007, quando, pela primeira vez, as mulheres também vão ser consideradas público direto das ações e dos benefícios do referido programa.

Essa nova versão foi montada em abril-maio de 2007 e recebeu das mulheres rurais a denominação de Projeto Chapéu de Palha Mulher, como forma de, ao mesmo tempo, se diferenciar e pertencer ao conjunto do grande programa de apoio à classe trabalhadora nos períodos de entressafra.

A implementação de ações específicas para as mulheres rurais, em junho de 2007, constituiu, dentro e fora do Governo, um marco referencial da SecMulher, reforçando o seu compromisso do Governo Estadual com o desenvolvimento das mulheres rurais. Foi o Chapéu de Palha Mulher que possibilitou um espaço concreto para a construção de novas relações sociais e políticas entre as mulheres rurais, o Governo e as organizações não governamentais feministas, dando origem à Comissão de Mulheres Rurais e à elaboração do I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres. É também computado como impacto do Chapéu de Palha Mulher a ampliação do reconhecimento pelo aparelho do Estado do lugar das mulheres como protagonistas de sua própria história.

Considerando tudo o que já foi exposto até agora, vale registrar que o Governo de Pernambuco, ao montar o Projeto Chapéu de Palha Mulher, partiu da ideia de que o sucesso da iniciativa dependia de sua capacidade de responder a cinco grandes questões:

1. Enfrentar os elementos que obrigam as mulheres rurais a um lugar de reclusão em pleno século XXI. Isso significava entender profundamente que grandes parcelas das mulheres rurais de Pernambuco não só são excluídas, oprimidas, exploradas e discriminadas, mas estão reclusas. Estão dentro de um espaço físico, psicológico e ideológico no qual

7 O Programa Chapéu de Palha foi criado em 1988 com o propósito de amparar os homens trabalhadores da cana e suas famílias durante a entressafra, mitigando a situação de desemprego e a ausência de salário. Em contrapartida, os canavieiros participavam de frentes de trabalho criadas pelo Governo. Na sua segunda edição, em 2007, o programa adequou-se aos novos rumos de Pernambuco, ofertando cursos aos canavieiros e incorporando o segmento feminino a seu público beneficiário direto, oferecendo, então, às mulheres, o Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais.

nada se lhes oferece para galgar autoestima, liberdade, autonomia, assim como saberes e habilidades vendáveis no mercado. Para pensar uma política para as mulheres rurais, é preciso pensar nesse ambiente em que a República do século XXI ainda as coloca.

2. Reverter algo fundamental da nossa construção patriarcal, qual seja, deslocar as mulheres do lugar de eternas cuidadoras para o de cidadãs titulares do direito de serem cuidadas. Insistindo nesse ponto, chamamos a atenção para o fato de os órgãos públicos estarem sempre a expressar a sua disposição de induzir as mulheres a cuidarem de alguém ou de alguma coisa, como se verifica nas falas e propostas que apontam para a criação de “programas para as mulheres cuidarem dos jovens”, “das pessoas idosas”, “das crianças” ou “dos próprios homens, para que estes se tornem emancipados, menos arcaicos, menos reacionários, menos violentos, menos patriarcais”. A reversão dessa questão é fundamental na construção de uma política pública que tenha a perspectiva de transformar a sociedade de desiguais numa sociedade de iguais.

3. Entender que não se pode fazer políticas públicas reparatórias infantilizando-se as mulheres, de tal sorte que se tem de assumir que as mulheres rurais, mesmo com todas as suas perdas, como a reclusão a que estão expostas e o analfabetismo que as persegue, têm as mesmas necessidades que qualquer pessoa adulta. As lacunas referentes à educação formal, abertas em suas infâncias, não suprimem suas características de mulher adulta. Como uma secretária de Estado, uma ministra, uma médica ou uma juíza, elas precisam, prioritariamente, alfabetizadas ou não, alimentar-se com conhecimentos sobre a atualidade, participar da política e acessar políticas públicas para poder garantir o seu direito de ir e vir.

4. Reconhecer que são as organizações de mulheres as mais competentes para trabalhar na formação cidadã das mulheres rurais, garantindo a sua presença no processo de formulação, execução e avaliação das ações. Isso porque é público e notório que nem o serviço público nem a empre-

sa privada foram formados para reparar as desigualdades de gênero, visto que, no ensino formal, naquele que contempla as grandes massas, não estão presentes ensinamentos sobre essas questões.

5. Reverter as visões depreciativas sobre os funcionários e as funcionárias públicas, propagadas ferozmente pela perspectiva neoliberal e fundadas na ideia de que estes têm apenas interesses individuais a defender e que não se sentem obrigados ou estimulados a bem servir a população. Portanto, valorizar o funcionalismo como grupo fundamental para a construção de políticas públicas efetivadoras dos direitos conquistados na democracia.

Com a compreensão desses pontos, tomou-se a decisão de criar um programa de capacitação cidadã para mulheres adultas dotado da possibilidade de estimulá-las a conhecer e ocupar outros lugares no mundo. Do ponto de vista metodológico, dois objetivos deveriam ser alcançados: (i) trabalhar de maneira coletiva e conectada em vários sentidos, criando as condições para que as mulheres rurais viessem a gerar uma rede de agentes de políticas públicas; e (ii) integrar o Estado, a sociedade civil organizada e as mulheres rurais.

Do ponto de vista dos conteúdos, formatou-se, então, o curso de Cidadania e Políticas Públicas para mulheres rurais, com oficinas, práticas e exposições temáticas voltadas para a transformação de suas condições desvantajosas de gênero, raça e etnia, baseado em conhecimentos sobre desigualdades, políticas públicas, Estado, governo e sociedade. Dessa feita, os conteúdos, submetidos à perspectiva de gênero de valorização das mulheres, deveriam contribuir para a elevação da consciência sociopolítica das mulheres, garantindo-lhes um protagonismo cidadão mais ativo e doses de autoconfiança e autonomia capazes de ajudá-las a buscar novos caminhos econômicos, políticos, sociais e culturais.

O desdobramento dessa etapa, considerada obrigatória, se dá mediante encaminhamento das mulheres ao ensino formal e/ou para cursos profissionalizantes, com vistas à elevação da escolaridade e ao acesso de novas oportunidades de trabalho e melhoria da renda. Esse foi o desenho básico da ação da Secretaria da Mulher de Pernambuco para a inclusão das mulheres rurais na vida republicana.

Complementava o projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais, a inclusão de elementos de atendimento às necessidades práticas e imediatas da população feminina rural, como oferta de recreação e guarda para as crianças, garantia de meios ou recursos financeiros para o seu deslocamento até os locais dos cursos, oferta de alimentação no intervalo das atividades e adoção de horários compatíveis com as suas obrigações no espaço doméstico, ou seja, uma logística estruturada na ideia de cuidado. A repetição e também o aprimoramento dessas práticas, a cada ano de implementação do projeto, como resultado da escuta das sugestões e críticas das próprias mulheres rurais e das ONGs envolvidas no processo, vão dar início a uma relação de confiança entre a SecMulher e as mulheres rurais, e não só com as suas lideranças.

Nessa direção, a SecMulher estabeleceu parcerias com ONGs locais feministas, de mulheres ou mistas que tivessem compromisso com a promoção da igualdade de gênero para detalhamento das estratégias e execução das metas previstas. As ações foram elaboradas de maneira coletiva, com a participação ativa das organizações comprometidas socialmente com a construção de um novo caminho para as mulheres rurais. A partir de 2009, com a expansão do Programa Chapéu de Palha, o Projeto de Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais se estendeu para os sertões do São Francisco e de Itaparica. E, adotando o mesmo desenho básico, a SecMulher levou, em 2010, esse trabalho para os dezessete municípios de menor IDH do Estado, chegando, então, no Agreste e no Sertão do Moxotó.

O trabalho com as ONGs tinha ainda uma característica muito importante, que era a sua fixação no território local como possibilidade de continuidade do trabalho durante os meses em que não havia entressafra. Portanto, mais do que ter uma grande empresa especialista, era preciso ter organizações comprometidas com as mulheres e com o desenvolvimento local, capazes de crescer e dar à região um suporte técnico-político fundamentalmente necessário à sua organização social e econômica.

De mais a mais, a parceria com as ONGs, a divulgação do que se ia fazer e como se ia fazer, a presença do governador do Estado nas sessões de abertura ou fechamento do Chapéu de Palha Mulher – declarando aonde queria chegar e sua compreensão sobre as dificuldades vivenciadas pelas mulheres na sua condição de trabalhadoras, de mães de família e de cola-

boradoras ativas da melhoria das condições de vida de suas comunidades –, bem como o seu reconhecimento à capacidade das mulheres de construir uma nova vida para elas e para Pernambuco, ofereciam a possibilidade de o público não só controlar o trabalho de técnicos e técnicas do Estado, mas também de reconhecê-lo e admirá-lo, fazendo ressurgir a imagem de um funcionalismo engajado no bem-estar da sociedade.

A dedicação de trabalhadoras e trabalhadores da SecMulher e de ONGs ao crescimento das mulheres rurais, incluindo os seus esforços de se adequar às reais possibilidades de participação das mulheres, vai causar impacto também no interior do Governo, permitindo uma compreensão maior sobre as necessidades e possibilidades de se fazer política pública buscando uma reeducação estrutural dos hábitos e costumes nas relações entre o Estado e as mulheres. Não é pedante afirmar que, nesse processo, as funcionárias da SecMulher despertaram a admiração e o respeito das outras áreas do Governo e das instituições que com elas mantiveram contatos na execução do projeto. Essa é uma conquista muito importante para o enfrentamento do machismo institucional.

Buscando os mesmos níveis de excelência alcançados na formação sociopolítica ministrada pelas ONGs para as mulheres rurais, a SecMulher voltou-se para implantar iniciativas de profissionalização, apoiando-se no Sistema S⁸. A oferta e a realização dos cursos profissionalizantes deveriam, portanto, acelerar e qualificar a inserção socioeconômica das mulheres rurais, oferecendo-lhes certificados reconhecidos no mercado, permitindo-lhes, então, participar do processo de aceleração do desenvolvimento instalado em Pernambuco.

A partir da demanda construída com as mulheres nos cursos de Cidadania e Políticas Públicas, e tomando como base os estudos sobre a vocação regional, foram então contratadas e ministradas capacitações nas áreas de Construção Civil, Turismo, Artesanato, Alimentação, Vestuário, Informática, Mecânica, entre outras tradicionalmente entendidas como masculinas.

8 O chamado Sistema S é formado por organizações criadas pelos setores produtivos: indústria, comércio, agricultura, transporte e cooperativas, com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores. Compõem o Sistema S: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT), Serviço Social de Transportes (SEST), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

De toda a proposta, apenas a terceira ponta do projeto, relativa à ampliação dos níveis de escolarização das mulheres rurais mais atingidas pela pobreza, apresentou um certo atraso na sua efetivação, vindo a se firmar apenas a partir deste ano de 2011, quando se fortaleceu a parceria entre a SecMulher e a Secretaria de Educação, no âmbito do atendimento mais personalizado às mulheres rurais, com vistas à aceleração da recuperação de suas perdas no ensino formal. Assim, as expectativas para 2012 são de ampliação do fluxo de encaminhamento das mulheres rurais do Chapéu de Palha Mulher para a educação formal.

Mediante um processo autotransformador, o Chapéu de Palha Mulher, a partir da parceria com as ONGs, dá início à formação de uma segunda rede. Agora, a Rede de Educadoras e Recriadoras Sociopolíticas Rurais. Essas profissionais que participam da dinâmica de monitoramento, avaliação e ajustes do projeto passaram a ser objeto de processos continuados de formação e intercâmbios no contexto das diferentes regiões de atuação do projeto, favorecendo também o rompimento da reclusão das rurais ao espaço doméstico. Esse rompimento e a participação fizeram com que as profissionais e as próprias mulheres rurais vivenciassem muito de perto tanto as suas dificuldades de uma forma mais otimista como as do próprio Estado e dos municípios em termos de infraestrutura, mobiliário e equipamentos para receber mil, 3 mil, 12 mil mulheres em salas de aula, durante três meses no ano. Com isso, as suas responsabilidades se ampliaram, e elas, educadoras, recriadoras, coordenadoras de ONGs e mulheres rurais, se constituíram em ativas facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem também no aspecto de arranjar e improvisar soluções para a logística dos cursos.

A cada ano de implantação do projeto, essas redes têm sido ampliadas em seu território de atuação, no número de participantes e na quantidade de recursos investidos. Até 2011, elas estiveram presentes em 78 dos 184 municípios pernambucanos, sendo 53 da zona canavieira, 7 do Sertão do São Francisco e Itaparica, 18 distribuídos no Agreste Meridional e no Sertão do Moxotó. Os números de pessoas envolvidas nas atividades foram: 1.111 educadoras e 1.088 recriadoras, ligadas a 40 ONGs feministas ou mistas que trabalham com gênero e empoderamento, além do SENAI e do SENAC. No total, foram capacitadas 38.625 mulheres rurais e atendidas 12.905 crianças. Sem contabilizar os corpos técnicos do Sistema S e do próprio Governo Estadual, temos um total de 53.729 pessoas relacionadas diretamente ao Projeto Cha-

péu de Palha Mulher. O total aproximado de investimentos do Governo Estadual no Chapéu de Palha Mulher, entre 2007 e 2011, foi da ordem de 20 milhões de reais.

E essa rede imensa, que vai das próprias mulheres rurais às ONGs, aos sindicatos, ao comércio local e aos diferentes setores do Governo, promove diferentes níveis de articulação, mobilização e participação popular, trazendo um elemento muito desejado pela democracia e pela república: a ausência do clientelismo. Parece um trabalho de formigas gigantes, que, em última instância, constitui a própria garantia do Governo de cumprir com a obrigação assumida de construir políticas públicas virtuosas para os setores mais pobres da população.

A COMISSÃO DE MULHERES RURAIS E O I PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES RURAIS

Considerando que não há forma de a sociedade civil intervir nas políticas públicas sem que sejam: (i) institucionalizados canais de comunicação que garantam o diálogo sistemático com o governo e (ii) elaborados documentos de referência, nos quais estejam reunidos objetivos, metas e expectativas de resultados, foi criada a Comissão de Mulheres Rurais, no contexto de execução do Chapéu de Palha Mulher⁹ e desenvolvido o I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais.

A instalação e o funcionamento regular da Comissão de Mulheres Rurais, a partir de 2008, favoreceram a articulação horizontal da SecMulher com os setores dos movimentos sociais do campo voltados para a promoção da igualdade de gênero, garantindo às mulheres o protagonismo da participação nas questões a elas relacionadas diretamente, o que, por sua vez, era profundamente coerente com a definição do Governo de abrir canais de interlocução direta com as mulheres.

9 Atualmente, a Comissão de Mulheres Rurais está composta por duas representantes (titular e suplente) dos setores femininos das seguintes organizações: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento Agroecológico pela Reforma Agrária (Mapra), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), Comunidades Quilombolas, Comissão Pastoral da Pesca, e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Da mesma maneira, a Comissão possibilitou que, no interior do aparelho do Estado, surgisse a compreensão da necessidade de se construir um instrumento para orientar e integrar as ações dos diferentes setores governamentais que trabalham com as populações rurais, atalhando o caminho do reconhecimento das desvantagens históricas que as mulheres vivenciam nos diversos campos da vida em sociedade. Essa mobilização provocou, então, a elaboração do I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco, lançado pelo Governador no dia 08 de março de 2010 em ato com a participação de mais de três mil mulheres.

No percurso até o Plano, o diálogo sistemático das mulheres rurais com o Governo, que começara na SecMulher, se ampliou através da realização de seminários¹⁰, envolvendo palestrantes dos setores dos governos Estadual e Federal que atuam na área rural, e deverá se consolidar no ano de 2012, com a integração dessas áreas na Comissão de Mulheres Rurais.

Nesses edificantes anos de funcionamento da Comissão de Mulheres Rurais, observa-se um crescimento no nível de participação das mulheres rurais na construção de políticas públicas em Pernambuco. Isso porque, nesse contexto, pode-se identificar – a partir das propostas das ONGs que trabalham diretamente com as rurais, das demandas das mulheres rurais ligadas aos movimentos sociais do campo e das próprias intervenções do Fórum de Mulheres de Pernambuco –, a presença do feminismo como pensamento formador de opinião pari passu ao crescimento da organização das mulheres no interior do Estado. Entretanto, é também pertinente observar que, no campo da democracia participativa, as organizações de mulheres, dependendo de sua relação com as questões das mulheres rurais, adotam desde a posição política de simples porta-voz da denúncia – dimensão primária da participação, cuja principal característica é o afastamento dos espaços de discussão com os governos – até a formulação de reivindicações dirigidas ao Estado, com exigência de espaço para a sua presença como titulares de

¹⁰ Participaram desses seminários como palestrantes: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (Iterpe), o Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata), as secretarias estaduais de Educação e de Saúde, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

opinião, aprofundando os conteúdos da participação. Já as lideranças femininas dos movimentos sociais do campo exigem a sua participação como sujeitas de opinião e como sujeitas de deliberação, atingindo um nível de participação muito elevado, inclusive provocando mudanças no comportamento de suas instituições.

Dessa forma, a sua intervenção na formulação do referido plano vai definir a implementação de políticas públicas relacionadas às suas demandas. Isso quer dizer, voltadas para apoiar as iniciativas e propostas das mulheres rurais de Pernambuco, oportunizando situações que lhes venham a permitir acelerar o seu processo de autoinvestidura na condição de sujeitas do seu próprio desenvolvimento, e, com isso, favorecer também a sua posição de protagonistas na dinâmica socioeconômica do Estado.

Por esse caminho e partindo da premissa de que o desenvolvimento rural sustentável é dever de todos e todas, o plano contém um conjunto de intervenções de aperfeiçoamento e diversificação das capacidades produtivas e sociopolíticas das mulheres rurais a ser implementado face a face com um processo contínuo de participação e articulação entre a SecMulher, as demais secretarias estaduais, os organismos municipais de políticas para as mulheres, os órgãos federais, as organizações não governamentais e os representantes dos setores dedicados à promoção da igualdade de gênero dos movimentos sociais do campo.

Dessa feita, sob o aconselhamento obrigatório e sistemático da Comissão de Mulheres Rurais, cabe à SecMulher a coordenação da gestão do I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco. Da mesma forma, cabe à Comissão de Mulheres Rurais a atribuição de monitorar e compartilhar os avanços, bem como partilhar, como força política, os desafios no processo de implementação do plano. Enfim, tais encaminhamentos e decisões têm sido possíveis pelo alto nível de militância do movimento de mulheres rurais e pelo fortalecimento do movimento feminista como pensamento avançado no campo da construção da igualdade, e do crescimento da presença de forças democráticas no aparelho do Estado, nos três níveis de governo e nos diferentes poderes.

Finalizando, queremos dizer com outras palavras que, para enfrentar a reclusão vivida pelas mulheres rurais na República, é necessário assegurar-lhes os cuidados indispensáveis à reparação da sua condi-

ção de gênero desvantajosa, visibilizar sua indissociabilidade da condição de pessoa adulta, ofertar-lhes serviços compatíveis com as suas necessidades e potencialidades, garantir-lhes os pré-requisitos indispensáveis à sua participação, reconhecer o papel das ONGs feministas na Nova República como setor mais competente e comprometido com o empoderamento das mulheres e o seu bem-estar, o que, em última instância, significa promover altos níveis de descentralização. Completa essa tarefa, pretendemos somar a essas iniciativas a promoção do resgate da credibilidade da ação estatal, dotando a República das perspectivas de gênero e de sustentabilidade rural almejadas na conquista da Nova República.